



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 16895/2024

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde - SUS às vítimas de violência doméstica e familiar e dá outras providências.

Art. 1.º Fica instuída, no Município de Maringá, a obrigatoriedade daquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica a mulher ressarcir ao Sistema Único de Saúde - SUS os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar.

§ 1.º Os valores a serem ressarcidos ao Município serão os previstos nos procedimentos da tabela SUS e serão apurados pela Secretaria Municipal de Saúde com base nos atendimentos prestados à vítima nas unidades locais.

§ 2.º Os recursos oriundos do ressarcimento dos custos serão destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2.º Quando do primeiro atendimento à vítima e constatado ser o caso de violência doméstica ou familiar, as unidades de saúde buscarão a total identificação do agressor, desde já lançando no prontuário eletrônico todos os procedimentos realizados até a alta médica.

§ 1.º No caso de a vítima dar entrada em unidade de saúde com suspeita de lesão em razão de violência doméstica ou familiar, porém, sem identificação do agressor, deverá haver por parte da Secretaria Municipal de Saúde a comunicação do fato à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Maringá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2.º Na hipótese do parágrafo anterior, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará rotineiramente à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Maringá informações atualizadas a respeito da identificação do agressor nos casos em que ainda restar pendente o preenchimento da informação em questão no prontuário de atendimento.

Art. 3.º Uma vez concedida a alta médica, a Secretaria Municipal de Saúde levantará os valores despendidos no tratamento completo da vítima e encaminhará os dados para lançamento e cobrança por parte da Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. Os procedimentos internos e o fluxo de trabalho para apuração e cobrança dos valores devidos serão definidos por decreto, sem prejuízo do início, a partir da vigência desta Lei, da coleta de dados para fins de futura cobrança.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 25 de janeiro de 2024.

CRIS LAUER
Vereadora-Autora



Documento assinado eletronicamente por **Cristianne Costa Lauer, Vereadora**, em 10/05/2024, às 10:17, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0326503** e o código CRC **89224202**.
